

ATIVIDADE EDUCATIVA SOBRE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM QUILOMBOLAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Educational activity on autism spectrum disorder in quilombola: an experience report

Actividad educativa sobre trastorno del espectro autista en quilombolas: relato de experiencia

Samara Nepomuceno*, Jocilene Paiva**, Emília Rouberte***, Isaura Rolim****, Patrícia Vasconcelos*****,
Monaliza Grimaldi*****¹, Edmara Costa*****², Paula Oliveira*****³, Cristina Pinto*****⁴, Ana
Cantante*****⁵, Liliana Mota*****⁶

RESUMO

Enquadramento: a Perturbação do Espectro do Autismo é uma condição do neurodesenvolvimento com impacto significativo na comunicação, interação social e comportamento, sendo o diagnóstico precoce essencial. Agentes Comunitários de Saúde, especialmente em comunidades quilombolas, desempenham um papel estratégico na vigilância do desenvolvimento infantil, mas enfrentam lacunas formativas. **Objetivo:** descrever a experiência formativa de doutorandas em enfermagem na condução de uma ação educativa sobre a Perturbação do Espectro do Autismo, dirigida a Agentes Comunitários de Saúde que atuam numa comunidade quilombola no Nordeste do Brasil. **Metodologia:** relato de experiência desenvolvido em julho de 2024, baseado no Método do Arco de Maguerez e nos princípios da pedagogia problematizadora. A formação foi estruturada em quatro etapas e teve duração total de três horas. **Resultados:** foram identificadas fragilidades no conhecimento dos participantes, promover reflexão crítica e valorizar os saberes contextualizados. A inclusão de metodologias participativas e instrumentos digitais favoreceu o envolvimento e a aprendizagem. **Conclusão:** a ação revelou potencial formativo relevante, tanto para os profissionais quanto para as doutorandas. Evidenciou-se a importância de estratégias educativas contínuas, contextualizadas e culturalmente sensíveis, com foco nos cuidados prestados a populações vulneráveis.

Palavras-chave: transtorno do espectro autista; atenção primária à saúde; educação contínua; quilombolas

*MSc., estudante de doutoramento, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil – <https://orcid.org/0000-0001-9665-1446>

**MSc., estudante de doutoramento, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil – <https://orcid.org/0000-0002-8340-8954>

***PhD., Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil – <https://orcid.org/0000-0001-9758-7853>

****PhD., Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil – <https://orcid.org/0000-0002-8453-2543>

*****PhD., Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil – <https://orcid.org/0000-0002-6158-9221>

*****PhD., Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil – <https://orcid.org/0000-0002-8718-4783>

*****PhD., Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil – <https://orcid.org/0000-0003-0007-6681>

*****PhD., Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil – <https://orcid.org/0000-0001-9091-0478>

*****PhD., Escola Superior de Enfermagem do Porto, Portugal – <https://orcid.org/0000-0002-6077-4150>

*****PhD., Escola Superior de Enfermagem do Porto, Portugal – <https://orcid.org/0000-0002-3839-344X>

*****PhD., Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa, Portugal – <https://orcid.org/0000-0003-3357-7984>

Autor de Correspondência:
Samara Nepomuceno
samaranepomuceno@aluno.unilab.edu.br

Como citar:
Nepomuceno, S., Paiva, J., Rouberte, E., Rolim, I., Vasconcelos, P., Grimaldi, M., Costa, E., Oliveira, P., Pinto, C., Cantante, A., & Mota, L. (2025). Atividade educativa sobre transtorno do espectro autista em quilombolas: relato de experiência. *Revista de Investigação & Inovação em Saúde*, 8(1), 1-10.
<https://doi.org/10.37914/riis.v8i1.465>

Received: 16/03/2025
Accepted: 25/06/2025

ABSTRACT

Background: Autism Spectrum Disorder is a neurodevelopmental condition with significant impact on communication, social interaction, and behaviour. Early diagnosis is essential for effective intervention. Community Health Workers, particularly in quilombola communities, play a strategic role in monitoring child development but face important training gaps. **Objective:** to describe the educational experience of nursing doctoral students in conducting an educational intervention on Autism Spectrum Disorder, aimed at Community Health Workers operating in a quilombola community in Northeastern Brazil. **Methodology:** experience report developed in July 2024, based on the Arc of Maguerez methodology and the principles of problem-posing pedagogy. The training was structured in four stages and had a total duration of three hours. **Results:** gaps in participants' knowledge were identified, while critical reflection and the recognition of contextual knowledge were encouraged. The inclusion of participatory methodologies and digital tools fostered engagement and learning. **Conclusion:** the activity demonstrated relevant formative potential for both health workers and doctoral students. It highlighted the importance of continuous, context-based, and culturally sensitive educational strategies, aiming to strengthen care provision for vulnerable populations.

Keywords: autism spectrum disorder; primary health care; continuing education; quilombola communities

RESUMEN

Marco contextual: el Trastorno del Espectro Autista es una condición del neurodesarrollo con impacto significativo en la comunicación, la interacción social y el comportamiento. El diagnóstico precoz resulta esencial. Los Agentes Comunitarios de Salud, especialmente en comunidades quilombolas, desempeñan un papel estratégico en la vigilancia del desarrollo infantil, pero enfrentan importantes carencias formativas. **Objetivo:** describir la experiencia formativa de doctorandas en enfermería en la conducción de una acción educativa sobre el Trastorno del Espectro Autista, dirigida a Agentes Comunitarios de Salud que actúan en una comunidad quilombola del noreste de Brasil. **Metodología:** relato de experiencia desarrollado en julio de 2024, basado en el Método del Arco de Maguerez y en los principios de la pedagogía problematizadora. La formación se estructuró en cuatro etapas y tuvo una duración total de tres horas. **Resultados:** se identificaron debilidades en los conocimientos de los participantes, se promovió la reflexión crítica y se valoraron los saberes contextualizados. La inclusión de metodologías participativas y herramientas digitales favoreció la implicación y el aprendizaje. **Conclusión:** la acción reveló un potencial formativo relevante, tanto para profesionales como doctorandas. Se evidenció la importancia de estrategias educativas continuas, contextualizadas y culturalmente sensibles, centradas en el fortalecimiento del cuidado en contextos vulnerables.

Palabras clave: trastorno del espectro autista; atención primaria de salud; educación continua; quilombola



INTRODUÇÃO

A Perturbação do Espectro do Autismo (PEA), conforme descrito no Manual Diagnóstico e Estatístico de Perturbações Mentais (DSM-5), é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por défices persistentes na comunicação e na interação social, bem como por padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses ou actividades (American Psychiatric Association, 2014). Estas manifestações tendem a surgir antes dos três anos de idade, podendo estar associadas a deficiência intelectual e dificuldades significativas na autonomia e na integração social (Costa et al., 2024).

Embora se reconheçam avanços na identificação da PEA, persistem desafios consideráveis, sobretudo em contextos sociais vulneráveis. O diagnóstico precoce e a intervenção atempada são determinantes para melhorar resultados no desenvolvimento da criança, mas dependem da capacidade dos serviços de saúde da atenção primária em identificar precocemente os sinais de alerta e proceder ao encaminhamento adequado (Girianelli et al., 2023).

Neste âmbito, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) desempenham um papel estratégico. Por integrarem as comunidades onde actuam, os ACS têm acesso directo às famílias, podendo realizar visitação domiciliar regular e acompanhar o desenvolvimento infantil. Dispõem, entre outros recursos, da Caderneta da Criança — instrumento que inclui o *Modified Checklist for Autism in Toddlers* (M-CHAT-R™) — que auxilia na detecção precoce de sinais sugestivos de PEA (Ministério da Saúde, 2024; Maranhão et al., 2019). Contudo, diversos estudos apontam lacunas na formação destes profissionais relativamente ao

autismo, o que compromete a eficácia das suas intervenções (Brayner, 2016).

Esta realidade é ainda mais crítica em comunidades quilombolas — populações negras tradicionais, descendentes de escravos africanos, que enfrentam profundas desigualdades sociais, limitações de acesso aos cuidados de saúde e invisibilidade institucional (Couto et al., 2017). A actuação dos ACS nesses territórios exige, portanto, uma abordagem educativa que considere as especificidades culturais, os saberes tradicionais e os desafios geográficos dessas comunidades.

Apesar da importância do tema, verifica-se uma escassez de estudos que explorem estratégias de formação dirigidas a ACS em territórios quilombolas, particularmente no que diz respeito à PEA. São igualmente limitados os relatos de experiências formativos conduzidos por profissionais em formação, que associem a prática educativa, a sensibilidade cultural e a intervenção em contextos vulneráveis.

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo descrever a experiência formativa vivenciada por doutorandas em enfermagem na condução de uma ação educativa sobre a Perturbação do Espectro do Autismo, dirigida a Agentes Comunitários de Saúde de uma comunidade quilombola do Nordeste do Brasil. O relato aborda o processo de planeamento, execução e percepções geradas pela intervenção, valorizando os aspectos culturais locais e as especificidades do contexto de saúde em populações vulneráveis.

ENQUADRAMENTO/FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A PEA é um transtorno que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, com prevalência estimada em cerca de 1:132 indivíduos, sem diferenças significativas entre

regiões geográficas (Tomazelli et al., 2023). Caracteriza-se por défices persistentes na interação social e comunicação, bem como por padrões de comportamento restritivos e repetitivos (American Psychiatric Association, 2014; Costa et al., 2024).

Apesar da crescente visibilidade da PEA, o diagnóstico precoce continua a ser um desafio, especialmente em territórios marcados por desigualdades sociais e barreiras no acesso à saúde. A identificação atempada de sinais sugestivos pode otimizar o prognóstico das crianças e melhorar a qualidade de vida das suas famílias, sendo fundamental o papel dos cuidados primários de saúde neste processo (Girianelli et al., 2023).

No Brasil, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) é a principal porta de entrada para os serviços de saúde. Nela, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) atuam como elo de ligação entre as comunidades e as equipes multiprofissionais, realizando visitas domiciliares, mapeamento territorial e atividades de promoção e vigilância em saúde (Maranhão et al., 2019). A Caderneta da Criança, recentemente atualizada, inclui ferramentas como o M-CHAT-R™, instrumento que permite o rastreio de sinais de risco de autismo, o que reforça a importância do seu conhecimento por parte dos ACS (Ministério da Saúde, 2024).

Estudos têm demonstrado, que esses profissionais muitas vezes não possuem formação suficiente sobre o autismo. No Ceará, 88.4% dos ACS relataram não ter recebido capacitação contínua sobre o tema, embora quase a totalidade reconhecesse a sua importância (Brayner, 2016). Essa lacuna formativa compromete o desempenho nas atividades de rastreio e acompanhamento, sendo agravada em contextos culturais específicos, como o das comunidades quilombolas.

As comunidades quilombolas enfrentam condições históricas de exclusão social, racismo estrutural e negligência institucional, o que as coloca em situação de dupla vulnerabilidade: enquanto população negra e como habitantes de territórios com menor cobertura de serviços públicos (Couto et al., 2017). A inserção dos ACS nesses contextos, embora estratégica, exige competências adicionais, tanto técnicas quanto culturais, que lhes permitam atuar com sensibilidade, escuta ativa e eficácia junto a populações historicamente marginalizadas.

A literatura internacional também destaca desafios semelhantes. Em contextos rurais e com minorias étnicas, profissionais de saúde relatam dificuldades em adaptar práticas padronizadas a realidades locais, indicando a necessidade de estratégias educativas que incorporem os saberes comunitários e promovam a aprendizagem crítica (World Health Organization [WHO], 2025). Nesse sentido, abordagens pedagógicas baseadas na problematização, como a proposta por Paulo Freire, ganham destaque por promoverem a escuta ativa, o diálogo e o empoderamento dos sujeitos (Rodrigues, 2022).

O Método do Arco de Maguerez, utilizado nesta experiência, alinha-se a essa perspectiva ao propor um ciclo de ensino centrado na realidade concreta dos participantes: da observação à aplicação transformadora. Tal abordagem tem-se mostrado eficaz em contextos de saúde, por estimular o pensamento crítico, a integração teoria-prática e a construção de soluções adaptadas ao contexto (Dias et al., 2022).

Apesar da relevância dos ACS na promoção da saúde nas comunidades quilombolas, são escassos os estudos que documentam experiências formativas com esse público, especialmente no que se refere ao autismo. O

presente estudo visa contribuir para esta lacuna, ao relatar uma ação educativa que considera não apenas os conteúdos técnicos sobre a PEA, mas também as especificidades socioculturais e contextuais que moldam a atuação dos profissionais de saúde em contextos vulneráveis.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, que descreve uma ação educativa sobre a PEA, desenvolvida no âmbito da unidade curricular “Saúde das Populações Vulneráveis”, do Programa de Doutoramento em Enfermagem de uma universidade pública do Nordeste do Brasil. Este tipo de estudo visa a partilha reflexiva de vivências práticas que possam contribuir para a melhoria de ações futuras em contextos semelhantes (Mussi et al., 2021).

A atividade foi realizada em julho de 2024, numa Unidade de Cuidados de Saúde de Atenção Primária localizada numa comunidade quilombola da Região Metropolitana de Fortaleza, Brasil. A comunidade conta com cerca de 656 habitantes, sendo considerada de difícil acesso geográfico, com limitações de transporte, conectividade digital e serviços básicos.

A ação formativa foi dirigida a dois ACS recém-admitidos na equipa da Estratégia de Saúde da Família, sendo esse o total de profissionais da categoria presentes na comunidade à data da intervenção. Os critérios de inclusão foram: ser ACS em exercício na comunidade quilombola, com menos de um ano de atuação, e ter disponibilidade para participar da formação. Não foram aplicados critérios de exclusão, dado o universo reduzido de participantes.

A atividade teve duração de três horas e foi organizada em quatro momentos pedagógicos: (1) dinâmica de integração; (2) exposição teórica-dialogada; (3) roda de conversa; e (4) dinâmica de fixação. Todo o processo foi conduzido por duas doutorandas em enfermagem, com experiência prévia em saúde coletiva e envolvimento prévio com a comunidade, através de projetos voluntários e ações de extensão.

Para a condução da atividade, utilizou-se o Método do Arco de Maguerez, uma estratégia de ensino baseada na problematização da realidade, composta por cinco etapas: i) observação da realidade, ii) identificação de pontos-chave, iii) teorização, iv) formulação de hipóteses, e v) aplicação à realidade (Dias et al., 2022). Observação da realidade: realizada previamente por uma das investigadoras, que já atuava na comunidade. Foram identificadas lacunas no conhecimento sobre o autismo e os desafios enfrentados pelas famílias locais.

- Observação da realidade: realizada previamente por uma das investigadoras, que já atuava na comunidade. Foram identificadas lacunas no conhecimento sobre o autismo e os desafios enfrentados pelas famílias locais.
- Identificação dos pontos-chave: reconhecimento de crenças e mitos sobre o autismo, limitações técnicas dos ACS e barreiras culturais no encaminhamento de casos.
- Teorização: fundamentada em referências atualizadas sobre PEA, práticas de cuidado culturalmente sensíveis e o papel dos ACS na atenção primária.
- Formulação de hipóteses de solução: construção participativa de estratégias educativas adaptadas à realidade da comunidade.
- Aplicação à realidade: realização da atividade formativa com linguagem acessível, recursos visuais, quiz digital e espaço para diálogo.

Como estratégia avaliativa informal, utilizou-se um *quiz* interativo (Kahoot®) ao final da atividade, com oito questões objetivas para verificação da compreensão dos conteúdos abordados. Embora sem fins avaliativos, essa dinâmica permitiu observar a apropriação do conhecimento pelos participantes.

Do ponto de vista ético, a intervenção respeitou os princípios de autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da ação e consentiram verbalmente com o uso das informações da experiência para fins científicos, de forma anónima. Não foram recolhidos dados sensíveis nem aplicados instrumentos clínicos ou diagnósticos. A comunidade quilombola autorizou formalmente a realização da atividade por meio da sua associação representativa. Por se tratar de um relato de experiência, não foram utilizados instrumentos padronizados de recolha de dados. As informações analisadas resultaram da observação participante, das interações estabelecidas durante a formação e das percepções das investigadoras envolvidas.

Os dados obtidos foram trabalhados segundo uma abordagem qualitativa, com base na análise de conteúdo temática, permitindo a identificação de categorias emergentes relacionadas ao conhecimento prévio, às percepções dos ACS e às dinâmicas culturais da comunidade. Essa análise foi orientada pela literatura científica relevante, assegurando coerência entre a experiência vivida e os fundamentos teóricos que a sustentam.

RESULTADOS

A ação educativa sobre a PEA, composta por quatro momentos de aproximadamente 45 minutos cada

(totalizando três horas), foi conduzida por duas doutorandas em enfermagem. A intervenção baseou-se no Método do Arco de Maguerez e nos princípios da pedagogia problematizadora de Paulo Freire (Dias et al., 2022), visando promover uma aprendizagem dialógica e contextualizada.

A atividade teve início com uma dinâmica interativa baseada no jogo de “mitos e verdades”, cujo objetivo era identificar o conhecimento prévio dos participantes e promover um ambiente de escuta e diálogo. Foram utilizadas sete afirmações, impressas em cartões, que os ACS sortearam e discutiram com base nas suas percepções. Esta etapa revelou que, apesar do interesse pelo tema e da procura informal de informação, os participantes apresentavam dúvidas sobre a identificação precoce da PEA e relataram insegurança quanto ao encaminhamento de casos suspeitos.

Por exemplo, um dos profissionais afirmou já ter se deparado com uma criança com sinais sugestivos, mas que não soube como proceder diante da resistência da família.

Essa experiência inicial evidenciou que os ACS enfrentam fragilidades na sua formação sobre o autismo, particularmente no reconhecimento clínico dos sinais precoces e na abordagem às famílias, o que reforça a necessidade de estratégias educativas continuadas e culturalmente adequadas. Esses relatos confirmaram a pertinência da ação educativa e ajudaram a orientar os momentos seguintes da formação.

Na etapa seguinte, foi realizada uma exposição teórico-dialogada com apoio de slides, abordando os principais aspectos clínicos da PEA, as políticas públicas de saúde e o papel dos ACS na identificação precoce e no acompanhamento de casos. A linguagem utilizada foi acessível e a apresentação desenvolveu-se num

ambiente participativo, no qual os conteúdos foram continuamente enriquecidos pelas contribuições dos ACS, através de questões, comentários e reflexões ancoradas nas suas vivências. Uma das questões levantadas foi sobre como agir quando os pais “negam que a criança possa ter alguma coisa”, refletindo uma preocupação recorrente na atuação em comunidades onde o estigma em torno da deficiência ainda é forte. Para as doutorandas, esse momento foi particularmente formativo, pois exigiu flexibilidade na abordagem pedagógica e sensibilidade para lidar com dúvidas práticas e situações delicadas, que revelam os desafios reais enfrentados pelos profissionais no contexto.

A roda de conversa, terceira etapa da formação, teve como foco as especificidades da saúde na população quilombola. Os ACS relataram com entusiasmo o orgulho de atuarem na própria comunidade e destacaram a valorização de práticas integrativas, como o uso de plantas medicinais, que fazem parte do repertório terapêutico local. Contudo, apontaram que muitas famílias recorrem aos serviços de saúde apenas em última instância, o que dificulta o rastreio precoce de sinais de desenvolvimento atípico e compromete a implementação de intervenções atempadas e ajustadas às necessidades. Nesse momento, discutiu-se também a Caderneta da Criança, atualizada em 2024 (Ministério da Saúde, 2024), como ferramenta não apenas de registo vacinal, mas de vigilância do desenvolvimento infantil. Surgiram dúvidas sobre como orientar as famílias quanto ao preenchimento e uso adequado do instrumento, o que gerou um debate produtivo sobre estratégias de sensibilização e comunicação adaptada à realidade local.

Para as doutorandas, este momento foi particularmente revelador quanto à importância de

respeitar e integrar os saberes tradicionais no processo formativo. A escuta das experiências dos ACS possibilitou compreender a coexistência entre práticas populares e protocolos institucionais, exigindo uma postura formadora sensível, dialógica e culturalmente situada.

A última etapa da atividade consistiu na aplicação de um *quiz* digital na plataforma Kahoot®, contendo oito questões de escolha múltipla relacionadas com os conteúdos abordados. A adesão dos participantes foi total, ambos demonstraram entusiasmo com a utilização da tecnologia como recurso educativo. Embora o *quiz* não tivesse caráter avaliativo formal, foi possível observar que cerca de 75% das respostas foram corretas, sugerindo uma assimilação significativa dos conceitos-chave. A atividade também promoveu um ambiente lúdico e descontraído, facilitando a consolidação do conhecimento e o reforço dos conteúdos trabalhados.

Do ponto de vista das doutorandas, esta etapa evidenciou o potencial de estratégias educativas inovadoras, mesmo em contextos com recursos limitados. A escolha por um formato interativo, acessível e motivador revelou-se eficaz na mobilização do interesse dos ACS, além de estimular a reflexão crítica sobre a prática profissional.

Durante toda a ação educativa, foi possível observar um ambiente de acolhimento, interesse mútuo e construção coletiva do saber. Os ACS relataram que a formação os ajudou a “entender melhor o que é o autismo” e “saber o que falar com as mães”, reconhecendo a importância da capacitação para sua atuação no território. Ambos expressaram o desejo de participar em novas formações e sugeriram temas como o uso de plantas medicinais e a saúde da mulher,

demonstrando um alinhamento entre as suas práticas quotidianas e as necessidades formativas.

Para as doutorandas, a experiência proporcionou uma aprendizagem significativa, ao exigir a adaptação de linguagem, metodologias e atitudes ao contexto sociocultural específico da comunidade quilombola. A interação direta com os ACS, marcada pela escuta ativa e pelo reconhecimento dos seus saberes, contribuiu para o fortalecimento da articulação entre teoria e prática, além de reforçar o compromisso com uma formação inclusiva, ética e promotora da equidade.

Entre os principais desafios identificados no contexto da formação, destacaram-se as dificuldades de acesso físico à comunidade — localizada numa zona rural, com vias não pavimentadas e ausência de rede móvel — bem como a resistência de algumas famílias em aceitar encaminhamentos para avaliação especializada. Esses obstáculos, vivenciados quotidianamente pelos ACS, evidenciam as barreiras estruturais e culturais que interferem no cuidado integral à criança com suspeita de PEA. Por outro lado, a confiança demonstrada pelos profissionais na iniciativa e o vínculo já estabelecido pelas doutorandas com a comunidade atuaram como facilitadores fundamentais para o êxito da atividade educativa.

Assim, os resultados desta experiência revelam não apenas a eficácia pedagógica da ação educativa, mas também a necessidade contínua de fortalecer estratégias formativas culturalmente adequadas, que valorizem a participação ativa dos profissionais e estejam alinhadas às particularidades das populações em situação de vulnerabilidade social.

DISCUSSÃO

A experiência relatada proporcionou evidências relevantes sobre as potencialidades e os desafios envolvidos na formação de ACS em contextos de vulnerabilidade social e cultural. A ação educativa, ao abordar a PEA, revelou-se uma ferramenta eficaz para o fortalecimento das competências dos ACS, não apenas no plano técnico, mas também na valorização das suas práticas culturais e no reconhecimento do seu papel como mediadores entre o sistema de saúde e as famílias.

Estudos como os de Diaz et al. (2019) e Schaaf et al. (2020) já haviam apontado que os ACS, por estarem inseridos nas comunidades, são elementos fundamentais para a detecção precoce de alterações no desenvolvimento infantil. No entanto, sua formação inicial frequentemente não contempla de forma profunda temáticas como o autismo, o que justifica a necessidade de ações educativas contínuas e contextualizadas, como a aqui apresentada.

A análise da intervenção permitiu identificar lacunas importantes no conhecimento dos ACS, especialmente no que se refere à identificação de sinais precoces de PEA, ao enfrentamento de resistências familiares e à articulação com a rede de apoio. Esses achados reforçam o que tem sido discutido na literatura internacional, como Iadarola et al. (2020) e Vivanti et al. (2018), que evidenciaram a importância de formações adaptadas à realidade sociocultural dos contextos, sobretudo em comunidades com acesso limitado a serviços especializados.

A estratégia metodológica adotada, fundamentada no Método do Arco de Maguerez e nos princípios da pedagogia problematizadora de Paulo Freire (Dias et al., 2022), mostrou-se coerente com os objetivos

propostos. O uso da problematização como eixo central possibilitou uma abordagem dialógica, participativa e crítica, rompendo com a lógica transmissiva da educação tradicional e permitindo que os ACS fossem protagonistas do processo formativo. A literatura aponta que metodologias ativas de aprendizagem aumentam a retenção do conhecimento e promovem transformações nas práticas profissionais (Rodrigues, 2022; Dias et al., 2022).

Do ponto de vista das doutorandas, a experiência foi igualmente formativa. A necessidade de adequar a linguagem, lidar com crenças culturais, adaptar estratégias em tempo real e escutar ativamente os profissionais locais exigiu competências pedagógicas e culturais que extrapolam a formação técnica. Esse tipo de vivência fortaleceu dimensões essenciais da formação em enfermagem e da saúde coletiva, como a empatia, a escuta sensível e o compromisso ético-político com populações historicamente marginalizadas. Conforme discutido por Heggestad et al. (2022) e Winter et al. (2022), é fundamental que a formação de profissionais de saúde inclua vivências em territórios vulneráveis, de forma a estimular a construção de saberes situados e críticos.

Adicionalmente, a intervenção promoveu a articulação entre saberes técnico-científicos e conhecimentos tradicionais. A escuta sobre o uso de plantas medicinais e a valorização das práticas nesse contexto reforçam a importância de uma abordagem intercultural em saúde. Autores como Aguilar-Peña et al. (2020) e Baez et al. (2024) defendem que uma política de saúde culturalmente sensível deve incorporar as perspectivas dos sujeitos envolvidos, reconhecendo o pluralismo terapêutico como parte da realidade vivida pelas comunidades.

Apesar das contribuições identificadas, a experiência apresenta limitações que merecem ser consideradas de forma crítica. A participação de apenas dois ACS, embora representativa da realidade local, restringe a possibilidade de generalização dos achados, o que compromete a validade externa da experiência. Adicionalmente, a ausência de instrumentos padronizados para avaliação pré e pós-intervenção limita a mensuração objetiva da aprendizagem promovida. O vínculo prévio das doutorandas com a comunidade, se por um lado facilitou o acesso e o envolvimento dos participantes, por outro pode ter influenciado a forma como os dados foram interpretados, introduzindo um viés relacional. Apesar dessas limitações, os resultados oferecem contribuições relevantes para a reflexão sobre as práticas educativas em saúde em contextos vulneráveis, destacando caminhos possíveis para ações futuras mais sistematizadas e com maior robustez metodológica.

Ainda assim, o estudo está em consonância com as experiências documentadas na literatura que defendem que o relato de vivências como uma ferramenta legítima de produção de conhecimento em saúde, sobretudo no que se refere a práticas educativas desenvolvidas em contextos complexos. Tal como salientam Lane e Roberts (2021), Thissen et al. (2020) e Winkel et al. (2017), o relato de experiência, quando sistematizado com rigor, pode contribuir para o avanço das práticas em saúde e para a reflexão crítica sobre os processos formativos e assistenciais.

Por fim, a experiência reforça a necessidade de se investir em formações interdisciplinares, contínuas e contextualizadas para profissionais da atenção primária da saúde, particularmente em comunidades tradicionais como as quilombolas. Simultaneamente,

evidencia o papel da universidade não apenas como produtora de conhecimento, mas como parceira estratégica no fortalecimento do Sistema Único de Saúde, ao aproximar estudantes de pós-graduação das realidades sociais que desafiam a concretização do direito à saúde no Brasil.

CONCLUSÃO

A experiência educativa aqui relatada teve como objectivo qualificar os ACS para a identificação e o encaminhamento precoce de casos de PEA, respeitando os contextos cultural específico de uma comunidade quilombola. Os resultados evidenciam que a formação promoveu a ampliação do conhecimento dos ACS sobre a temática, ao mesmo tempo que valorizou os seus saberes e reforçou a importância do seu papel na atenção primária à saúde. A actividade permitiu identificar fragilidades na formação inicial dos ACS no que se refere ao autismo, ao mesmo tempo que demonstrou o potencial das metodologias participativas para favorecer a reflexão crítica e a transformação das práticas. A interacção constante, a escuta activa e o diálogo entre os diferentes saberes tornaram-se elementos centrais para o sucesso da formação. As aprendizagens construídas ao longo do processo também foram significativas para as doutorandas envolvidas, que tiveram a oportunidade de vivenciar, em contexto real, os desafios de uma educação em saúde ética, culturalmente sensível e comprometida com a equidade.

Apesar das limitações inerentes à dimensão reduzida da amostra e à ausência de instrumentos padronizados de avaliação, a experiência contribui para o debate sobre práticas educativas em contextos vulneráveis e

destaca a relevância de estratégias formativas contextualizadas, interdisciplinares e dialógicas. Recomenda-se que futuras investigações procurem aprofundar o impacto de formações deste tipo na prática quotidiana dos ACS, ao longo do tempo, e que adoptem abordagens metodológicas mistas, combinando avaliação qualitativa e quantitativa. Para além disso, torna-se essencial alargar o alcance destas acções educativas, envolvendo outros profissionais da saúde e da educação, com vista à promoção de um cuidado mais inclusivo, integrado e orientado para as necessidades de crianças com suspeita ou diagnóstico de PEA.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não existir conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguilar-Peña, M., Blandón, M., & García-Perdomo, H. (2020). Salud intercultural y el modelo de salud propio indígena. *Revista de Salud Pública*, 22(4), 463–467. <https://doi.org/10.15446/rsap.v22n4.87320>
- American Psychiatric Association (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5* (5^a ed.). Artmed. <https://membros.analysispsicologia.com.br/wp-content/uploads/2024/06/DSM-V.pdf>
- Baez, M., Ramos, S., & Vasquez, E. V. (2024). Traditional medicine in latin america: a holistic approach to health. *Community and Interculturality in Dialogue*, 4, 120. <https://doi.org/10.56294/cid2024120>
- Brayner, J. C. M. (2016). *Formação e atuação dos agentes comunitários de saúde em Sobral-CE para identificação e acompanhamento das pessoas com diagnóstico de transtorno do espectro autista (TEA) frente ao decreto nº 8.368/2014* [Dissertação de Mestrado, UFC - Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional UFC. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/30027>
- Costa, A., Almeida, M., Maia, F., Resende, L., Sager, V., Oliveira, S., Mangabeira, G. L., & Silveira, M. F. (2024). Transtorno do espectro do autismo e o uso materno e paterno de medicamentos, tabaco, álcool e drogas

- ilícitas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29(2), 1–12. <https://www.scielo.br/j/csc/a/rxTyjTD7ZYL4bDcgBdXgMmp/>
- Couto, É., Vargas, D., Pereira, C., & Galvão, E. (2017). Agentes comunitários de saúde em comunidades quilombolas: desvelando sua percepção sobre seu papel de educador. *Revista de Enfermagem UFPE*, 11(11), 4709–4715. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-33497>
- Dias, G., Santos, J., & Lopes, M. (2022). Arco da problematização para planejamento educativo em saúde na percepção de estudantes de enfermagem. *Educação em Revista*, 38, e25306. <https://doi.org/10.1590/0102-469825306>
- Diaz, A. P., Svob, C., Zhao, R., Difabrizio, B., Warner, V., Gamaroff, M. J., Skipper, J., Gingrich, J., Posner, J., Wickramaratne, P. J., Weissman, M. M., & Talati, A. (2019). Adult outcomes of childhood disruptive disorders in offspring of depressed and healthy parents. *Journal of Affective Disorders*, 244, 107–112. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2018.10.086>
- Girianelli, V., Tomazelli, J., Silva, C., & Fernandes, C. (2023). Diagnóstico precoce do autismo e outros transtornos do desenvolvimento, Brasil, 2013–2019. *Revista de Saúde Pública*, 57(21). <https://scielo.br/j/rsp/a/JBftZkCxZ6SYbqkJhvCGYP/?format=pdf&lang=pt>
- Heggestad, A., Konow-Lund, A., Christiansen, B., & Nortvedt, P. (2022). A vulnerable journey towards professional empathy and moral courage. *Nursing Ethics*, 29(4), 927–937. <https://doi.org/10.1177/09697330221074013>
- Iadarola, S., Pellecchia, M., Stahmer, A., Lee, H., Hauptman, L., Hassrick, E., Crabbe, S., Vejnoska, S., Morgan, E., Nuske, H., Luelmo, P., Friedman, C., Kasari, C., Gulsrud, A., Mandell, D., & Smith, T. (2020). Mind the gap: an intervention to support caregivers with a new autism spectrum disorder diagnosis is feasible and acceptable. *Pilot and Feasibility Studies*, 6. <https://doi.org/10.1186/s40814-020-00662-6>
- Lane, A., & Roberts, C. (2021). Contextualised reflective competence: a new learning model promoting reflective practice for clinical training. *BMC Medical Education*, 22, 253. <https://doi.org/10.1186/s12909-022-03112-4>
- Maranhão, S., Lisboa, L., Reis, C., & Júnior, R. (2019). Interprofessional education and work in attention to autism spectrum disorder. *Contexto & Saúde*, 19(37). <https://doi.org/10.21527/2176-7114.2019.37.59-68>
- Ministério da Saúde (Brasil). (2024). *Caderneta da criança menino* (7ª ed.). <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/caderneta>
- Mussi, R., Flores, F., & Almeida, C. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, 48(17), 60–77. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>
- Rodrigues, Z. I. L. (2022). O conceito de diálogo na obra de Paulo Freire. In J. C. Miguel (Org.), *Educação de jovens e adultos: teoria, práticas e políticas* (pp. 177–192). Cultura Acadêmica. <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-310-6>
- Schaaf, M., Warthin, C., Freedman, L., & Topp, S. (2020). The community health worker as service extender, cultural broker and social change agent: a critical interpretive synthesis of roles, intent and accountability. *BMJ Global Health*, 5, e002296. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2020-002296>
- Thissen, M., Seeling, S., Achterberg, P., Fehr, A., Haneef, R., Palmieri, L., Tijhuis, M., Unim, B., & Ziese, T. (2020). Developing recommendations for good practice in national health reporting. *European Journal of Public Health*, 30(Suppl 5), v429. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckaa165.739>
- Tomazelli, J., Girianelli, V., & Fernandes, C. (2023). Incidência de transtorno global do desenvolvimento em crianças: características e análise a partir dos CAPSi. *Psicologia USP*, 34, e210002. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e210002>
- Vivanti, G., Kasari, C., Green, J., Mandell, D., Maye, M., & Hudry, K. (2018). Implementing and evaluating early intervention for children with autism: where are the gaps and what should we do? *Autism Research*, 11(1), 16–23. <https://doi.org/10.1002/aur.1900>
- World Health Organization. (2025, September, 17). *Autism*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>
- Winkel, A., Yingling, S., Jones, A., & Nicholson, J. (2017). Reflection as a learning tool in graduate medical education: a systematic review. *Journal of Graduate Medical Education*, 9(4), 430–439. <https://doi.org/10.4300/JGME-D-16-00500.1>
- Winter, R., Leanage, N., Roberts, N., Norman, R., & Howick, J. (2022). Experiences of empathy training in healthcare: a systematic review of qualitative studies. *Patient Education and Counseling*, 105(10), 3017–3037. <https://doi.org/10.1016/j.pec.2022.06.015>